

ÍNDIOS DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DE SOBRADINHO - BA¹

Celito Kesting²

RESUMO

O presente ensaio tem o objetivo de disponibilizar informações que possam contribuir para o resgate de atributos da identidade da população indígena do Vale do São Francisco, no Estado da Bahia. Nos quinhentos e doze anos de história, conquistaram espaços econômicos, políticos e sociais os grupos que primaram pela aplicação de estratégias ardilosas para usurpação do paraíso terreal indígena. Um dos ardis que perpassam os tempos diz respeito à autoritária imposição de conceitos definidores da identidade, do direito à vida e ao usufruto das terras indígenas. Não será difícil às sociedades nativas, através da utilização de criativas estratégias, resgatarem atributos da sua identidade, resistirem e sobreviverem à atual inclemência colonizadora ocidental cristã, travestida de neoliberalismo.

PALAVRAS CHAVE: Identidade. População indígena. Sobradinho. Bahia.

ABSTRACT

The present essay aims disposing to readers several information that can contribute to rescue attributes of the identity of Indigenous population of Sao Francisco River Valley, in Bahia state. In these five hundred and twelve years of history, their territory was occupied by conquerors, whom employed crafty strategies in economics, politics and social spaces and destroyed the Indian paradise. One of the crafts that survive until our time refers to despotic imposition of concepts which concerned at identity, the right and the utilization of Indians lands. It will not be difficult for native societies, using creative strategies, to rescue attributes of their identity, to resist and survive in the actual Christian, occidental inclemency masquerading of neo-liberalism.

KEYWORDS: Identity. Indigenous population. *Sobradinho*. *Bahia State*.

¹ Publicado em www.historiaehistoria.com.br (ISSN 1807-1783), no dia 04 de abril de 2012,

² Filósofo pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; Agrônomo pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco – FAMESF; Especialista em Realidade Brasileira pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – IBRADES; Mestre em Pré-história e doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Professor de Teoria e Metodologia da Pesquisa Científica, no Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Fones: (74) 3613 6897 e (74) 98873 7470; E-mail: celito.kestering@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Visitar a Área Arqueológica de Sobradinho implica manter contato com pessoas de feições e costumes indígenas. Elas afirmam nada saber sobre o passado de seu grupo familiar. Outras há que confirmam descender de índios, mas não se orgulham do passado nem reconhecem a sua identidade indígena.

Este não é um problema exclusivo da Área Arqueológica de Sobradinho. Amplos setores da sociedade brasileira atual, embora tenham origem indígena, não reconhecem sua identidade étnica porque não possuem atributos que correspondem aos critérios e padrões de indianidade convencionalmente aceitos. Aprende-se, desde pequeno, que a realidade indígena brasileira é passada, é pré-histórica. Aos índios nega-se, inclusive, a possibilidade de integrarem-se, como índios, no processo de evolução e de construção da história brasileira. De um modo geral, fala-se dos índios de hoje como meros remanescentes, resquícios que continuam agarrados ao pouco que lhes resta, após cinco séculos de depredação e espoliação³.

Para reconhecer-se e ser reconhecido, o índio tem que corresponder a uma imagem estereotipada e cristalizada no tempo. A cultura colonizadora ocidental cristã negou e continua negando ao índio o direito de evoluir, de renovar seu estoque técnico e cultural para relacionar-se com as outras culturas e sobreviver física, cultural e etnicamente.

O destaque que os problemas da resistência indígena para sua sobrevivência vem recebendo nos meios acadêmicos não tem correspondido aos esforços na busca de informações de natureza física e cultural que contribuam para o resgate de atributos da identidade dos índios brasileiros. A tarefa de destruir imagens estereotipadas deve ser acrescida de uma busca de informações que permitam a construção de uma ponte entre o presente genocida e o passado desconhecido do índio brasileiro.

Para resgatar e consolidar a identidade dos grupos indígenas, antropólogos, historiadores e, sobretudo, arqueólogos devem romper com abordagens que enxergam na resistência apenas uma reação anônima, coletiva e estruturalmente limitada⁴. Novas leituras de espaços intermediários podem revelar sinuosos caminhos por onde passou e passa a resistência que permitiu ao índio pré-histórico tornar-se histórico e sobreviver no ostracismo imposto pela cultura colonizadora. O índio sobrevive. Para isso teve e tem que, não poucas vezes, camuflar-se culturalmente. Durante séculos, foi obrigado a esquecer a sua história para entregar o seu destino nas mãos dos colonizadores europeus.

O presente ensaio tem o objetivo de disponibilizar ao público, informações pré-históricas e históricas que possam contribuir para o resgate de atributos da identidade indígena de parcela significativa da população brasileira que preserva genomas e traços culturais dos índios da região Nordeste do Brasil.

³ Monteiro (1999, p. 238).

⁴ Monteiro (1999, p. 243).

2 PERDAS GRADUAIS E CORRELATAS DA IDENTIDADE E DA TERRA

Nos quinhentos e doze anos de história, conquistaram espaços econômicos, políticos e sociais os grupos que se destacaram na aplicação de ardilosas estratégias de usurpação do paraíso terreal indígena. Um dos ardis que perpassam os tempos diz respeito à autoritária imposição de leis definidoras da identidade, do direito à vida e do direito ao usufruto das terras inicialmente indígenas.

2.1 BRASIL COLÔNIA

No período colonial, a Coroa Portuguesa outorgou-se o direito de legislar e exercer o poder político sobre as nações indígenas brasileiras. Discutia-se, à exaustão, nas sociedades europeias de então, a questão da liberdade dos índios. Também Portugal envolveu-se nesse debate ideológico, polarizado entre jesuítas e colonizadores, que tinham interesses antagônicos em relação aos índios brasileiros. Aos jesuítas interessava o aldeamento e a evangelização. Aos colonos interessava a terra e a mão de obra. A Coroa procurava conciliar os projetos dos jesuítas com os dos colonos, porque ambos, de certa forma lhe interessavam. “Dividida por interesses opostos, produziu uma legislação indigenista contraditória, oscilante e hipócrita, estabelecendo tratamentos diferenciados para os índios brasileiros”⁵.

Para a Coroa Portuguesa havia, no Brasil: índios aldeados, índios aliados e índios inimigos. Eram considerados aldeados os que aceitavam ou sujeitavam-se ao modelo colonizador da Coroa Portuguesa, aparentemente alheia ao conflito interno entre os interesses dos jesuítas e dos colonos. Eram considerados aliados os índios, não aldeados, que mantinham relações amigáveis com colonos e jesuítas. Os índios indóceis ou hostis ao modelo colonizador da Coroa eram considerados inimigos. “Dada a existência de índios inimigos, tornou-se quase impossível dar-se liberdade a todos sem distinção”⁶.

Aos índios aldeados era garantida a liberdade. Eles eram senhores de suas terras nas aldeias, passíveis de serem requisitados para trabalharem para os moradores mediante pagamento de salário. Estes eram relativamente bem tratados. “Deles dependiam, reconhecidamente, o sustento e defesa da colônia”⁷. A política para os índios aldeados seguia o ritual dos descimentos que eram concebidos como o deslocamento de povos inteiros das regiões interioranas do Brasil para novas aldeias implantadas nas proximidades dos assentamentos portugueses, no litoral ou nas margens de rios de grande porte e abundância de peixes. A persuasão era a única estratégia permitida para os descimentos. “O convencimento incluía a celebração de pactos em que se garantisse aos índios a liberdade nas aldeias, a posse de suas terras, os bons tratos e o trabalho assalariado para os moradores e

⁵ Perrone-Moisés (1992, p. 116).

⁶ Provisão Régia (17/10/1653) *apud* Perrone-Moisés (1992, p. 129).

⁷ Perrone-Moisés (1992, p. 117).

para a Coroa”⁸. Na prática, a guerra foi, muitas vezes, usada como estratégia para o convencimento coercitivo.

Dizia-se que a guerra era o único meio de fazer cessar as hostilidades de uns bárbaros valorosos’ que, além de serem naturalmente insolentes e atrevidos, não tinham razão alguma para aceitar pazes com quem recebesse terras fronteiras às que a eles pertenciam, seja pela imposição de suas flechas como pela sua natureza⁹.

A legislação indigenista da Coroa Portuguesa incentivava alianças com as nações indígenas Tapuia, do interior brasileiro, para defender vilas e plantações dos ataques dos gentios e as fronteiras dos ataques dos inimigos europeus. Isto acontecia quando não eram suficientes os índios aldeados que já tinham a função de servir os interesses dos colonos e da Coroa¹⁰. As alianças eram reafirmadas sempre que houvesse necessidade de grandes contingentes de guerreiros, que nem sempre as aldeias podiam fornecer¹¹. A recusa à conversão, a prática de hostilidades, o cerceamento à propagação da fé, a violência contra os pregadores, a quebra de pactos celebrados com os portugueses colonizadores e até a prática da antropofagia justificavam e legitimavam guerras contra os índios e seu conseqüente assassinato ou escravização. “É inegável que houve guerras movidas por necessidade econômica e para as quais foram encontradas justificativas *a posteriori*”¹².

A implantação do projeto colonial foi favorável aos colonizadores portugueses, mas desfavorável aos grupos indígenas brasileiros. Alguns povos indígenas aldearam-se pacificamente. Houve muitos chefes que procuraram autoridades coloniais para pedir o descimento e o aldeamento de seus povos. Outros, sem abandonarem seus territórios, uniram-se aos portugueses ou aos seus inimigos. Firmaram tratados de paz e tornaram-se nações aliadas. Outros ainda resistiram a todo e qualquer tipo de relação com os colonizadores, movendo-lhes guerra até a extinção total de suas nações. Estes, “incorrigíveis foram massacrados e escravizados”¹³.

2.2 BRASIL IMPÉRIO

Durante o império, o tema central de discussões foi a questão da humanidade ou desumanidade dos índios do Brasil. O pano de fundo das discussões era o cientificismo do século XIX, preocupado em identificar diferentes estágios evolutivos na espécie humana. O reconhecimento da humanidade dos índios tornou-se uma questão de orgulho nacional. Privadamente ou para uso interno no país, porém, “a ideia da bestialidade e da animalidade dos índios era comumente expressa”¹⁴.

As ideias evolucionistas consagraram os índios brasileiros como primitivos testemunhos de uma era pela qual já teríamos passado:

⁸ Perrone-Moisés (1992, p. 118).

⁹ Bernardino Vieira Ravasco (05/08/1694) *apud* Perrone-Moisés (1992, p. 131).

¹⁰ Perrone-Moisés (1992, p. 121).

¹¹ Perrone-Moisés (1992, p. 121).

¹² Perrone-Moisés (1992, p. 125).

¹³ Perrone-Moisés (1992, p. 129).

¹⁴ Cunha (1992, p. 134).

fósseis, de certa forma, milagrosamente preservados nas matas e que, mantidos em puerilidade prolongada, teriam, no entanto, por destino, acederem a esse *telos*¹⁵ que é a sociedade ocidental¹⁶.

Para fins administrativos e operacionais, durante o Brasil Império, os índios foram divididos em bravos e mansos. Os índios bravos deveriam ser encontrados e domesticados com a utilização de estratégias de guerra. Os índios mansos e bons eram os Tupi-Guarani que, coincidente e infelizmente, haviam sido mortos durante o período colonial. Para amansar os índios bravos acabou vigorando, na prática, o compromisso do governo imperial em “desinfestar de índios” o vale do Rio Doce e as regiões do Tocantins e do Araguaia. Criaram-se e implantaram-se, para essa assepsia étnica indígena, presídios, como eram então chamados, ou seja, praças fortes com destacamentos militares. Estes presídios tinham a pretensão de tornarem-se núcleos de futuras povoações. Combatia-se os índios que resistissem e instalava-se os índios que eram atraídos para os aldeamentos, como uma reserva de remeiros, de agricultores e, mais tarde, de fornecedores de lenha para os vapores¹⁷.

A ausência de uma legislação indigenista na primeira fase do Brasil Império permitiu e fomentou as assembleias legislativas provinciais legislarem e tomarem iniciativas contrárias aos interesses indígenas. Extinguiu-se vilas de índios. Organizou-se expedições ofensivas contra índios e quilombolas.

Tornou-se famosa a inescrupulosa, ridícula e descabida proposição feita pela Assembleia Provincial do Ceará aos índios e quilombolas: Se aceitassem a paz, seriam expulsos de seus territórios e suas lavouras seriam queimadas, para que não retornassem; seriam mortos e os prisioneiros escravizados, caso não aceitassem¹⁸.

Durante o segundo período imperial brasileiro, os índios foram vítimas de um processo orquestrado de espoliação gradativa e contínua de suas terras. Esse processo caracterizou-se por um conjunto de irregularidades que tinham o objetivo claro de banir a identidade indígena. O processo iniciou-se com pressões das Câmaras Municipais para que se concentrassem os índios em poucas aldeias e fossem vendidos os terrenos que ficassem vagos. Alegava-se que os índios aldeados eram proporcionalmente pouco numerosos para ocuparem extensões relativamente grandes de terra. Expropriaram-se, assim, grandes quantidades de terras das aldeias. Liberaram-se, dessa forma, áreas vastas de terra com títulos indígenas incontestes, em troca de limitadas terras de aldeias. O processo de expropriação continuou com o incentivo imperial do assentamento de estranhos junto, ou mesmo dentro, das terras das aldeias. “A miscigenação étnica fez surgir os mestiços que o governo usou como critério para caracterizá-los como população não indígena para despojar as aldeias de suas terras”¹⁹. Desalojados os índios, as terras das aldeias passaram a ser administradas pelas Câmaras Municipais que se

¹⁵ Palavra grega que significa fim, realização.

¹⁶ Cunha (1992, p. 135).

¹⁷ Cunha (1992 p. 137).

¹⁸ Cunha (1992, p. 138).

¹⁹ Cunha (1992, p. 145).

apropriaram do direito de vendê-las aos foreiros ou usá-las para fundação de vilas, povoações ou mesmo logradouros públicos²⁰.

Cada passo dado sustentava-se em uma burla sutil, num jeitinho próprio de ser das elites brasileiras. O produto final foi a expropriação quase total das terras e da identidade dos primeiros ocupantes das terras brasileiras.

2.3 BRASIL REPÚBLICA

A discussão que se seguiu, no período republicano, compreendido entre a proclamação da República e os dias de hoje, é a de se o Estado deveria ou não desenvolver uma ação salvadora sobre as populações nativas em território brasileiro, criando e implantando um órgão único para coordená-las.

Sob influência de ideias positivistas, prevaleceu a opinião de criação do Serviço de Proteção aos Índios com o objetivo de protegê-los, fixá-los no campo como mão de obra rural não estrangeira e treiná-los tecnicamente como força de trabalho. A proteção aos índios tinha como intenção transformá-los em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem.

A ideia de transitoriedade do índio teria um peso de um esquema mental profundamente imbricado na prática do serviço, mesmo quando supostamente já tivesse sido abandonada enquanto suporte do exercício do poder do Estado sobre os índios (...) O processo de *civilização dos índios* apoia-se: na *tutela* do Estado sobre o *status* de índio; na *proteção* oficial ao índio; na *vinculação* dos índios aos militares para guardar os limites políticos internacionais; na *pacificação* para conquistar terras sem destruir os ocupantes indígenas, obtendo assim a mão de obra necessária para a execução do desbravamento e preparação das terras não colonizadas (para uma posterior ocupação definitiva por brancos) e na transformação do índio em trabalhador nacional ²¹.

3 ÍNDIOS DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DE SOBRADINHO - BA

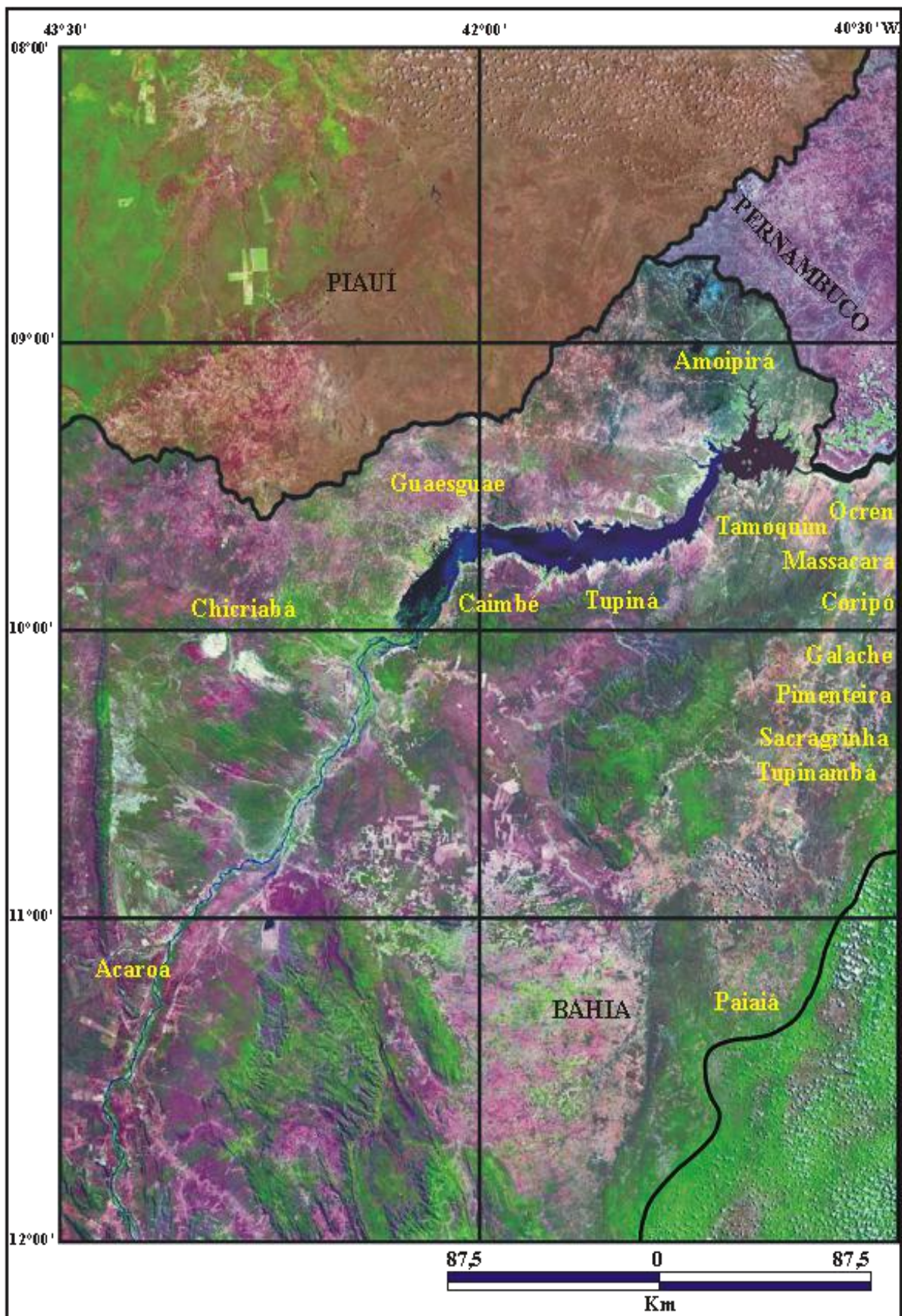
Na segunda metade do século XVIII, quando os portugueses colonizavam o Médio e o Submédio São Francisco para a criação de gado, a política indigenista dedicou-se, com particular afinco, à desarticulação deliberada da vida tribal. As interferências na vida das aldeias aceleraram as transformações na identidade étnica dos índios na região da Área Arqueológica de Sobradinho, dificultando o reconhecimento das relações filogenéticas da população atual com os seus ancestrais indígenas. (Fig. 1). Gestou-se, nesse momento da história do Brasil, um Tapuia genérico, sem tribo e sem etnia definida. Esse Tapuia ficou conhecido como caboclo. “O Tapuia caboclo surge, historicamente, onde a colonização se fez com uso intensivo da mão de obra indígena e escassa presença de colonos brancos. Nessas regiões a mestiçagem cresceu rapidamente”²².

²⁰ Decreto 2672 (20/10/1875) *apud* Cunha (1992, p. 146).

²¹ Lima (1992, p. 159-161).

²² Moreira Neto *apud* Porto Alegre (1993, p. 312).

Figura 1 - Índios encontrados na região da atual Área Arqueológica de Sobradinho



Fonte: EMBRAPA (2002), adaptado pelo autor

No final do século XVIII, havia uma população considerável de índios, poucos escravos e uma economia em expansão, necessitando de mão de obra²³.

O projeto do Estado português, através das leis do diretório pombalino, procurou anular a diferenciação das etnias, atingindo diretamente sua cultura e identidade étnica. Impôs a língua portuguesa, proibindo o uso das línguas nativas ou mesmo da língua geral. Obrigou a adoção de sobrenomes portugueses, forçou a separação das famílias, castigou o nudismo, sobretudo por parte das mulheres. Procurou, por meio da desarticulação cultural das sociedades tribais, a melhor forma de dominá-las²⁴.

O índio sertanejo adaptou-se aos novos tempos. Sobreviveu como caçador, coletor, pescador, ceramista, horticultor, criador, vaqueiro, remeiro, canoieiro ou militar. Tornou-se sedentário, mantendo sua tradicional mobilidade sazonal. Alargou seus horizontes. Nos períodos de maior crise, migrava, temporária ou definitivamente, para outras regiões do Nordeste ou do Brasil. Configurou-se, assim, no sertanejo nordestino, um grupo étnico e histórico mais diretamente identificado com o índio Tapuia.

3.1 ACOROÁ (Acorane, Acroá)

Os índios Acaroá ou Acroá viviam nos territórios mais ocidentais do sertão baiano. Tinham vida nômade na região compreendida entre o rio Carinhanha, a fronteira de Goiás e a Serra do Gurgueia. “Nos documentos históricos, essas tribos errantes são designadas simplesmente como ‘gentio de corso’ ou Tapuia”²⁵. Os Acroá são encontrados entre os índios aldeados na Missão de Rodelas, nas margens e nas ilhas do Submédio São Francisco.

O nome Acroá deriva, segundo alguns, do seu costume de usarem uma faixa abaixo do joelho e, segundo outros, da sua qualidade de arqueiros insuperáveis, envenenando, às vezes, as flechas, hábito geralmente desconhecido entre os Jê²⁶.

No fim do século XVII, o governador Dom João de Lencastro ordenou que se criasse um arraial de índios mansos na parte superior do Rio São Francisco, que seria uma barreira contra as constantes depredações dos Acaroázes e dos Mocoázes. Dessa missão, entregue aos padres franciscanos, originou-se a cidade de Barra, na confluência do Rio Grande e do Rio São Francisco²⁷. Em 1741, recebeu a denominação de Nossa Senhora da Conceição e mais tarde passou a ser conhecida como Aricobé, por causa do nome dos índios mansos que a habitavam e que falavam a língua geral²⁸. Em 1853, esses índios ainda habitavam a missão de Aricobé.

²³ Porto Alegre (1993 p. 213).

²⁴ Porto Alegre (1993, p. 212).

²⁵ Martius *apud* Ott (1958 p. 27).

²⁶ Ott (1958 p. 27-28).

²⁷ Pereira da Costa (1951, p. 80) *apud* Hoenthal Jr. (1960, p. 43)

²⁸ Informação Geral de Pernambuco (1908, p. 419-422) *apud* Hoenthal Jr. (1960, p. 43).

3.2 AMOIPIRÁ

Os índios Amoipirá pertenciam ao grupo linguístico Tupi. Foram localizados na margem esquerda do Rio São Francisco, numa extensão de mais de cem léguas rio acima da cachoeira de Paulo Afonso. Ocupavam a região onde hoje se localiza Petrolina²⁹. Nas lutas pela posse da terra, no século XVII, não se menciona mais essa tribo. É possível que já tivessem emigrado para o litoral, atraídos pelas promessas dos brancos e embalados pela esperança de encontrar a mitológica terra onde não se morria³⁰. Pelo fim do século XVI os Amoipirá utilizavam machados de pedra. Gabriel Soares de Souza refere-se a eles:

Na terra onde este gentio vive estão mui faltos de ferramentas, por não terem comércio com os portugueses; e, apertados da necessidade, cortam as árvores com umas ferramentas de pedra, que para isso fazem; com o que, ainda que com muito trabalho, roçam o mato para fazerem suas roças, do que também se aproveitava antigamente, todo o outro gentio antes que comunicasse com gente branca³¹.

Não era tarefa simples a realização do ritual de derrubada de uma roça. Gastavam muitos dias para cortar uma árvore. Só conseguiam derrubar troncos maiores com a ajuda do fogo. O machado servia para fazer um primeiro entalhe, ao redor da árvore. Ao invés de cortar, machucavam a casca. Feito isso e passados alguns dias, para o lugar machucado secar ou ao menos murchar, aglomeravam em torno da árvore uma porção de mato seco e depois lhe punham fogo. A parte machucada da casca pegava fogo antes do resto. Apagando o fogo, com o machado faziam saltar a camada de carvão que ficava desta primeira operação. Punham a madeira a nu. Em seguida, ateavam novo fogo que, quando apagado, soltava uma nova camada de carvão. Continuavam este processo até conseguir a queda da árvore³².

3.3 CAIMBÉ

Em 1754 encontram-se índios dispersos da nação Caimbé, na Freguesia de Sento Sé, região Norte do Estado da Bahia conforme se vê no batistério de Anna, filha de pai incógnito e de Fellipa, índia da Nação Caimbé, moradora do Sítio do Brejo Novo, Freguesia de Sento Sé, datado de 27 de agosto de 1764³³ (Fig. 2). Os Caimbé, pertencentes à família linguística dos Cariri, são citados, em 1758, entre os moradores dos aldeamentos de Jacobina Nova, da Missão de Shay e de Juazeiro³⁴.

²⁹ Gabriel Soares de Souza *apud* Ott (1958, p. 14-15 e 47).

³⁰ Métraux (1946, p. 8) *apud* Ott (1958, p. 15).

³¹ Gabriel Soares de Souza (1938 p. 411) e Ivo d'Evreux (1929, p. 101) *apud* Ott, (1958, p. 47-48).

³² Frei Vicente do Salvador (1918, p. 55), Fernão Cardim (1939, p. 157) e Sytradelli, (1929, p. 575) *apud* Ott (1958, p. 48).

³³ Livro de registro de batismos da Freguesia de Sento Sé, hoje território da Diocese de Juazeiro, BA.

³⁴ José Antônio Caldas, Mapa Geral de todas as Missões (Ns.15-18) *apud* Ott (1958, p. 22).

Figura 2 - Batistério de Anna, filha de Fellipa, índia da Nação Caimbé

N. 411 Aos vinte e sete dias do mes de Agosto de mil e sete
centos e sessenta e quatro annos na capella de São João
Anna dobravula baptizey e solemnemente apuy ossantos
deos e innocente Anna filha de Lay incognito e
de Fellippa, India, de Nação Caimbé moradora no
sitio do bairro novo fozas Padreinho, Miguel esdras
e M.ª filhas de Antonio dos Carros e a tudo oleyta
dey. de que mandey fazer esta assento q. por verso. de
signay

(Vig. Souza)

Fonte: Livro de registro de batismos da Freguesia de Santo Sé, 1752 a 1783

3.4 CHICRIABÁ

Os índios Chicriabá pertenciam ao grupo linguístico Jê. Ocupavam a região compreendida entre o Rio Carinhonha, a fronteira de Goiás e a Serra do Gurgueia³⁵. Martius, que viajou por essas regiões, considerava os Chicriabá a mais numerosa tribo, ainda não civilizada, que ocupava as regiões abandonadas entre as nascentes do Rio Gurgueia e o Rio Grande, afluente do Rio São Francisco. Afirmava que eram perigosos para os colonos estabelecidos aí bem como aos tropeiros que viajavam pelo Duro, de Pilão Arcado para Goiás³⁶. Já no começo do século passado, Martius localizou indígenas deste nome no município de Santa Rita³⁷. Na língua Caiapó, chicriá significava mão. Esses índios usavam um manguito para proteger a mão da percussão da corda do arco. Por isso, provavelmente, eram chamados de Chicriabá³⁸.

³⁵ Ott (1958, p. 26).

³⁶ Martius *apud* Ott (1958, p. 26).

³⁷ Ott (1958, p. 28).

³⁸ Ott (1958, p. 28).

3.5 CORIPÓ (Koripó)

Existem fontes que se referem à presença de índios Coripó nas proximidades da desembocadura do rio Salitre em território do atual Município de Juazeiro - BA³⁹. Em 1702, registrava-se um aldeamento na ilha de Caripós, na missão de N. S. do Pilar, congregando índios tapuias Caripós⁴⁰.

3.6 GALACHE

Ao fazerem referências às guerras sustentadas pelos paulistas e pela Casa da Torre contra os índios do Rio Salitre, os documentos históricos referem-se aos índios das tribos Galache e Ocren⁴¹. Não é sem razão que ainda hoje, existe, na margem direita do rio Salitre, um povoado com o nome de Ocrém.

3.7 GUAESGUAE

Os Guesguae pertencem ao grupo linguístico Jê. Eram índios que ocupavam as regiões baianas fronteiriças com o Estado do Piauí. Na segunda metade do século XVII e no começo do século XVIII, hordas indígenas desciam frequentemente das serras do Gurgueia e do Piauí. Destruíam povoados ao longo do São Francisco. Matavam colonos e incendiavam e desapareciam. Documentos de 1647 e 1675 possuem registros de que esses índios eram também chamados de Guaesguae. Numa carta de 1678 há registro da nação dos Guesgues, habitantes das margens do riacho Pajaú. Linguisticamente eles tinham parentesco com os Acroá. Em 1675, deram muito trabalho à Casa da Torre, que estava interessada nas terras do Piauí, opondo-lhe os maiores obstáculos. Os índios não se intimidavam.

Em 1720, as suas incursões tornaram-se de tal maneira insuportáveis que se lhes fez rija guerra, fundando-se naquela zona um aldeamento de índios cristianizados para servir de escudo contra as invasões. Nestas guerras, destacou-se o Mataroá - pai, chefe indígena valente e pouco escrupuloso, que recebeu do governo baiano em recompensa dos seus feitos o título pomposo de Governador dos Índios das aldeias do São Francisco⁴². (...) Em 1743, enumera-se entre as missões dos Jesuítas no Maranhão a de Goegoe e somos informados, em 1746, que o Pe. João Rodrigues, da mesma ordem, falecido neste mesmo ano, dedicara toda a sua vida à cristianização do gentio Guegue. Não sabemos se eram índios baianos emigrados ou alguma ramificação da mesma tribo, residente no Maranhão⁴³.

³⁹ Dantas, Sampaio e Carvalho (1992, p. 432).

⁴⁰ Pereira da Costa *apud* Ferraz (1992, p. 27)

⁴¹ Ott (1958, p. 25).

⁴² Martius *apud* Ott (1958, p. 28-29).

⁴³ Ott (1958, p. 28-29).

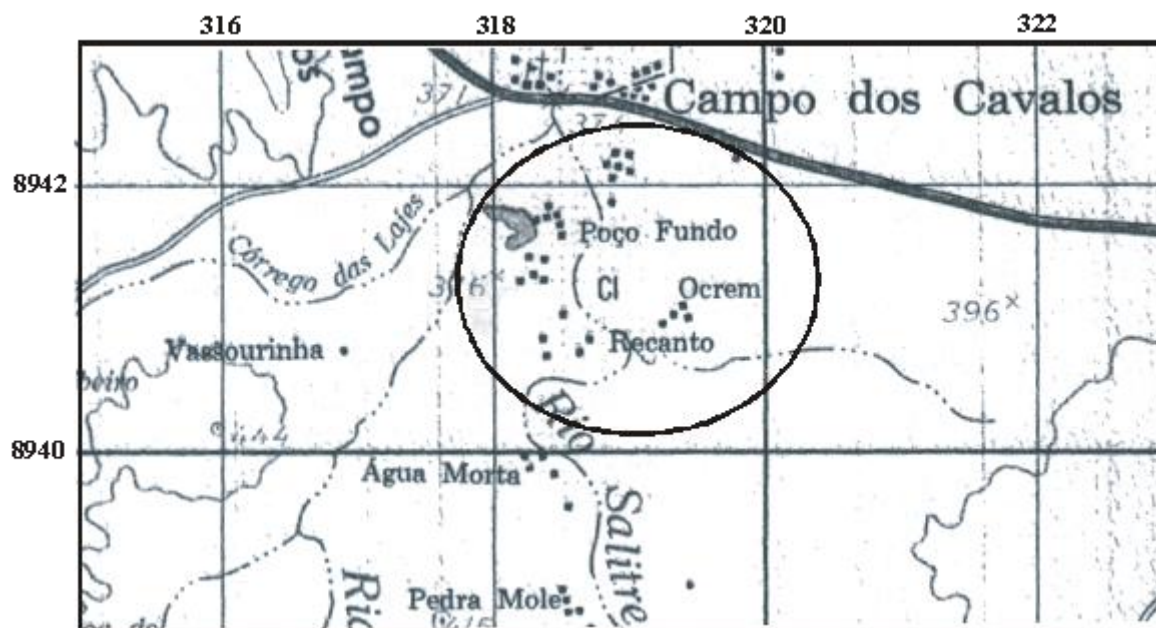
3.8 MASSACARÁ

Nas caatingas do Rio Salitre, Martius encontrou remanescentes dos Massacará e recolheu deles um pequeno vocabulário que os coloca no grupo linguístico Jê. Os documentos históricos, ao falarem das guerras sustentadas pela Casa da Torre e pelos paulistas contra os índios do Rio Salitre, não se referem, porém, aos índios Massacará⁴⁴.

3.9 OCREN (Okren)

É uma tribo baiana descoberta em 1739. Localizava-se na confluência dos rios Salitre e São Francisco. “Não existem sobre eles outras informações”⁴⁵. Ainda hoje existe o povoado de Ocrem, na margem direita do rio Salitre, município de Juazeiro – BA (Fig. 3).

Figura 3 - Povoado de Ocrem, no baixo vale do Rio Salitre, Município de Juazeiro - BA



Fonte: Fotografias Aéreas do Ministério do Exército (Folha SC.24-V-C-VI)

Apesar da diversidade de sobrenomes portugueses, a comunidade de Ocrem é formada por famílias que apresentam feições indígenas. Podem ser remanescentes dos índios Ocren a que se referem os historiadores. Um estudo filogenético poderá desvendar sua ancestralidade indígena e corroborar a hipótese que se levanta na atual pesquisa. Na década de 1950, Carlos Ott encontrou, no vale do Rio Salitre, um enterramento indígena profanado por um popular em busca de um pretenso tesouro escondido. O profanador abriu um buraco de aproximadamente 80cm de profundidade, deixando intacta a forma interna de um sepulcro. Ott pode assim, a

⁴⁴ Ott (1958, p. 24).

⁴⁵ Nimuendajú (1946, p. 382) *apud* Hohenthal Jr. (1960, p. 45).

partir da observação da tumba, deduzir que os índios haviam colocado o cadáver em posição fetal⁴⁶. Segundo o mesmo pesquisador, os Oren que habitavam o vale do rio Salitre conservaram, ao menos essencialmente, o princípio antigo de isolamento entre o cadáver e a terra solta. Circundavam o corpo com lajes de 30 a 50 mm de grossura, fechando as fendas com barro cinzento amassado que se empregava na fabricação de vasos. Formavam, assim, uma espécie de muro ao redor do corpo⁴⁷. Essa maneira de enterrarem seus mortos corresponde perfeitamente, aos traços essenciais da descrição dos atributos culturais dos Oren, feita pelos primeiros cronistas⁴⁸.

3.10 PAIAIÁ (Payayá)

Os índios Paiaiá ocupavam o vale do Paraguaçu setentrional, principalmente a serra do Orobó, a Chapada Diamantina, Morro do Chapéu e Jacobina⁴⁹. Formavam uma nação guerreira. Embora várias vezes vencidos não deram trégua aos colonos, durante quase todo o século XVII.

Em 1612, invadiram o distrito e engenho de Capanema. Em 1621, não deixaram viva alma nos campos de Aporá. Não tendo mais como satisfazer seu instinto de vingança, assaltaram os moradores de Itapororocas, passando depois a atacar as nascentes vilas de Cachoeira e Maragogipe, indo até a zona de Jaguaripe e Jequiçá. Receberam o Capitão Mor Gaspar Rodrigues, enviado em 1655, para reprimi-los, com armas nas mãos, sendo o mesmo obrigado a recuar diante do número de guerreiros. Várias vezes fizeram-se tratados de paz com esses índios que ocupavam uma das terras mais férteis do sertão baiano, e que atraíam os colonos para estas zonas. Mais de uma vez, os bandeirantes provocaram a ira dos filhos livres das selvas tentando escravizá-los. Os Paiaiá pegavam novamente em armas. Em 1669, resolveu-se, na cidade de Salvador, fazer guerra para exterminar os Paiaiá e Maracá. Não havia soado, todavia, a última hora destes bravos defensores da sua terra, passando-se ainda alguns anos de traições e guerrilhas até que fossem definitivamente exterminados pelos paulistas que empregavam sem escrúpulos métodos mais radicais que os baianos, levando consigo os últimos prisioneiros que haviam escapado ao fio da espada ou à fome e às doenças. Por isso, o vale do Paraguaçu é uma das regiões baianas, onde se vêem menos traços fisionômicos indígenas nos habitantes de hoje e onde sobreviveram menos elementos culturais indígenas do que em outras regiões baianas. Em 1676, foram aldeados índios Paiaiá no distrito de Maragogipe e em outros lugares do litoral, arrancando-os do seu ambiente para melhor dominá-los em outras regiões que lhes eram desconhecidas e onde ficavam isolados⁵⁰.

⁴⁶ Ott (1958, p. 100).

⁴⁷ Ott (1958, p. 100-101).

⁴⁸ Ott (1958, p. 101).

⁴⁹ Ott (1958, p. 19).

⁵⁰ Accioli e Amaral *apud* Ott (1958, p. 20-21).

No início do século XVIII, mais precisamente em 1706, foi implantada a missão franciscana de Jacobina. Há registros de que Antônio da Silva Pimentel, possuidor e morador das terras de Jacobina, pedia licença para que fosse construída uma igreja nas suas terras. Argumentava que era para que fossem ministrados os sacramentos aos índios da aldeia Paiaia, situada nas ditas terras. Assim se expressava:

Os índios domesticados, muitos dos quais já instruídos na fé católica, assim como os brancos estão sem sacerdote que lhes dissesse missa e administrasse os sacramentos, e cuja despesa toda se oferece⁵¹.

A missão de Jacobina foi assistida pelos franciscanos até o ano de 1847, durando 141 anos. “Possuía uma légua de terra. Nela os índios plantavam, pescavam e extraíam barro para a confecção de utensílios domésticos”⁵². Na grande seca de 1807 – 1907, os índios deixaram a região. As terras da missão foram divididas em três partes e vendidas pelo Conde da Ponte. Quando retornaram a Jacobina, os índios exigiram a restituição das terras. A violência da região evidencia-se pelos números: num período de 11 anos, houve 532 homicídios⁵³. Nos séculos XVII e XVIII, muitos índios Paiaia foram conduzidos para aldeamentos no Paraguaçu, no Jaguaripe e no litoral de Camamu. Essas providências foram tomadas para “defender o recôncavo da Bahia de Todos os Santos do avanço dos Aimoré”⁵⁴.

3.11 PIMENTEIRAS

Existem fontes que se referem à presença de índios Pimenteira nas proximidades da desembocadura do rio Salitre⁵⁵, no atual Município de Juazeiro - BA. Os Pimenteiras do Salitre “eram os mesmos que foram batidos nos sertões do Piauí, em época posterior”⁵⁶.

3.12 SACRAGRINHA (Sacacarina, Sacacarinã, Sakrakinha, Sequakirinhens)

É uma tribo do sertão baiano. Foi visitada por dois padres jesuítas na primeira metade de 1666⁵⁷. Em 1739, estes índios encontravam-se com os Ocren⁵⁸. Pedro Barbosa Leal faz menção aos Sacacarinã como residentes na antiga terra dos Paiaia, em Jacobina, em 1725⁵⁹.

3.13 TAMOQUIM (Tamaqueú, Tamanquim, Tamankin, Vamaquiú, Tamaquize)

⁵¹ Frei Venâncio Willeke (1974, p. 97) *apud* Almeida (1999, p. 177).

⁵² Almeida (1999, p. 187).

⁵³ Almeida (1999, p. 188).

⁵⁴ Dantas, Sampaio e Carvalho (1992, p. 432).

⁵⁵ Dantas, Sampaio e Carvalho (1992, p. 432).

⁵⁶ Dantas, Sampaio e Carvalho (1992, p. 432).

⁵⁷ Leite (1945, p. 281-282) *apud* Ott (1958, p. 22).

⁵⁸ Nimuendajú (1946, p. 382) *apud* Hohenthal Jr. (1960, p. 45).

⁵⁹ Anais do Arquivo Público da Bahia (Ano IV, 383-384, 190) *apud* Ott (1958, p. 22).

Em 1746, localiza-se a tribo Tamoquim, na margem esquerda do Rio São Francisco, em frente à embocadura do Rio Salitre. Todos os relatórios conhecidos, escritos de 1705 a 1783, descrevem os Tamaqueús como Tapuias. Mostram que estes índios ocupavam a Ilha do Pontal. Foram aldeados na missão que se denominava Aldeia de Nossa Senhora dos Remédios. Os índios Tamoquim foram orientados por padres franciscanos⁶⁰. De fato, no quadro das aldeias existentes no Nordeste do Brasil, no período de 1749 a 1760 consta a nação Tamanquim, como aldeia situada na Ilha do Pontal, Estado de Pernambuco⁶¹. Na região de Sobradinho, vive, atualmente, uma numerosa família que, apesar da diversidade de sobrenomes portugueses, é tradicionalmente conhecida como Moquim. Os Moquim apresentam fortes e inegáveis traços fisionômicos indígenas. Eles têm lembranças vagas da ancestralidade indígena (muitos afirmam descender de uma bisavó índia, pega a dente de cachorro. Realizam a dança do Toré que é uma adaptação de ritmo indígena com letras sacras do catolicismo tridentino. Conservam a memória do lugar onde, em tempos antigos realizavam-se as brincadeiras de índio. Conservam a crença de que espíritos dos ancestrais, os encantados, residem em sítios arqueológicos do Boqueirão do Riacho São Gonçalo. Mantêm a consciência de que as terras situadas ao sul do Rio São Francisco, oeste da atual cidade de Sobradinho, pertenciam aos seus ancestrais. Repetem, com orgulho, a expressão de que “a gente é tudo parente”. Mantêm grande atavismo à sua terra, mesmo sendo, atualmente, muito difíceis as condições de sobrevivência. Não será difícil o reconhecimento oficial de sua identidade indígena com estudo filogenético da família Moquim – Tamoquim para corroborar a hipótese que se levanta no momento atual da pesquisa.

3.14 TUPINÁ (Tupinais, Tupinaê)

A tribo Tupiná foi localizada pela primeira vez em 1587, na região entre Sento Sé - Ba, no Rio São Francisco, e o Rio Salitre⁶². Os Tupiná pertencem ao grupo linguístico Tupi. Algumas aldeias dos índios Tupiná foram encontradas por Belchior Dias, no Sítio Piripiri, situado entre o Rio Verde e o Paramirim, enquanto realizava uma incursão pelo interior à procura da aldeia Tobajara⁶³. Têm-se também notícia dos Tupiná no Vale do Paraguaçu⁶⁴. Frei Vicente do Salvador refere-se aos índios Tupinaê, no Rio de Contas⁶⁵. Remanescentes dos índios Tupiná residem, atualmente, nos municípios de Sento Sé - BA, Sobradinho - BA e Juazeiro - BA. Zélia Maria Tupiná não esconde seu orgulho de ser índia. Nasceu no Município de Sento Sé. É hoje professora efetiva da Secretaria Estadual da Educação da Bahia, lotada no Colégio Estadual São Joaquim, em Sobradinho. Ela tem claros e fortes traços indígenas. Assim expressa o reconhecimento de sua identidade e auto-estima étnica indígena: “Minha bisavó era índia da tribo Tupiná. Meu bisavô, que era português, interessou-se por ela. As índias eram bonitas, porém muito arreadas. Elas

⁶⁰ Hohenthal Jr. (1960, p. 56).

⁶¹ Dantas, Sampaio e Carvalho (1992, p.445).

⁶² Nimuendajú (1946, p.382) *apud* Hohenthal Jr.. (1960, p. 45).

⁶³ Felisberto Freire (1903, p. 73) *apud* Ott (1958, p. 14).

⁶⁴ Monteiro (1992, p. 124).

⁶⁵ Frei Vicente de Salvador (1918, p. 216-218) *apud* Ott (1958, p. 14).

tinham medo dos portugueses. Quando os viam, fugiam como bichos do mato, em desenfreada corrida. Os portugueses punham os cães a persegui-las, como se fossem caças. Meus tios mais velhos dizem que eu pareço com minha bisavó que foi pega a dente de cachorro na antiga Freguesia de Sento Sé”⁶⁶.

3.15 TUPINAMBÁ

Um grupo Tupinambá foi localizado perto dos índios Ocren, em 1759, no triângulo baiano, na confluência dos rios Salitre e São Francisco⁶⁷.

4 CONSIDERAÇÕES

As informações obtidas a respeito dos índios que ocuparam a atual Área Arqueológica de Sobradinho - BA são vestigiais e, por isso, muito limitadas. Espera-se que possam, mesmo assim, contribuir nas pesquisas que visem identificar, na relação filogenética (antecessor – sucessor), a ligação genética (genomas) e cultural (mitos e ritos) das populações atuais com as tribos ou as nações das quais se têm registros históricos e/ou vestígios arqueológicos.

Com o prosseguimento das pesquisas espera-se corroborar a hipótese de que sobrevivem geneticamente os herdeiros do patrimônio cultural de algumas nações de índios da Área Arqueológica de Sobradinho, no Vale do Rio São Francisco. Houve, sim, o genocídio étnico preconizado por quem se locupletou com a ideologia dominante, apropriando-se do que, por herança, pertenceria aos índios.

Recomenda-se a leitura dos registros de batismo e de casamento da Freguesia Eclesiástica de Sento Sé, feitos a partir do ano 1752 até meados do século XIX. Nesse período, as leis pombalinas que impuseram a língua portuguesa, proibiram o uso das línguas nativas, obrigaram a adoção de sobrenomes portugueses, forçaram a separação das famílias, castigaram o nudismo e desarticularam a cultura indígena ainda não haviam concretizado todo o seu intento genocida nas sociedades tribais.

Recomenda-se também o incremento de pesquisas arqueológicas de prospecção e de escavação para evidenciar o patrimônio cultural dos grupos que ocuparam a região, no período histórico e pré-histórico.

Recomenda-se, ainda, a implantação de memoriais do patrimônio arqueológico e ambiental nos povoados em cujo entorno existem vestígios arqueológicos, com a participação da comunidade local no processo. A comunidade local pode fazer a leitura dos bens arqueológicos de forma diferente da dos arqueólogos porque, para ambos, a forma de interpretar o mundo depende dos instrumentos que eles têm ao alcance. Cada quem traduz os artefatos em explicações que condizem com a sua cosmologia. As explicações dos artefatos atualizam-se e multiplicam-se na forma de traduções contemporâneas. As leituras das evidências arqueológicas são individuais,

⁶⁶ Kesting (2001, p. 34).

⁶⁷ Nimuendajú (1946, p. 382) apud Hohenthal Jr.. (1960, p. 46).

por serem feitas por cada indivíduo, e múltiplas porque são realizadas por várias pessoas. Assim, pesquisadores e a população local participam conjuntamente na tarefa de preservar a riqueza cultural e natural herdada. Com essa riqueza preservada, o passado pode fazer-se presente, ajudando a criar e/ou fortalecer a identidade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frei Marcos Antônio de. **As Missões Franciscanas na Bahia Colonial: Juazeiro e Jacobina**; Páginas 169 a 193; In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALDINO, Marcos; SILVA, Edson. Organizadores de: **Índios do Nordeste: Temas e Problemas**; Maceió: EDUFAL. 1999. 314 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Política e legislação indigenista no século XIX**. Páginas 133 a 154. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP. 1992.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G.. **Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um esboço histórico**. Páginas 431 a 456. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP. 1992.

EMBRAPA. **Mapa do Brasil visto do espaço a serviço da agricultura**. 2002.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. **Floresta do Navio: capítulo da história sertaneja**. Biblioteca Pernambucana de História Municipal 26. Centro de Estudos de História Municipal. Recife. 1992. 446 p.

FREGUESIA DE SENTO SÉ. **Livro de registro de batizados do período compreendido entre os anos 1752 a 1783**.

HOHENTHAL JR. W. D. **As Tribos Indígenas do Médio e Baixo São Francisco**. In: **Revista do Museu Paulista**. São Paulo. Nº. 12 (Nova Série). 1960. p. 37 a 66.

KESTERING, Celito. **Registros Rupestres na Área Arqueológica de Sobradinho, BA**. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. 2001. 225 f.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **O governo dos índios sob a gestão do SPI**. Páginas 155 a 172. In: In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP. 1992.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Fotografias aéreas: Folha SC.24-V-C-VI**.

MONTEIRO, John Manuel. **As Populações Indígenas do Litoral Brasileiro no Século XVI: Transformação e Resistência**. Páginas 121 a 136. In: **BRASIL NAS VÉSPERAS DO MUNDO MODERNO**. Portugal: Comissão Organizadora para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1992.

_____. **Armas e Armadilhas: História e Resistência dos Índios**; Páginas 237 a 249. In NOVAES, Adauto (org.); *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

OTT, Carlos. **Pré-História da Bahia**; Coleção de Estudos Brasileiros; Série Marajoara. Nº. 24. Aguiar e Souza Ltda.; Livraria Progresso. Salvador: Imprensa Vitória. 1958. 264 p.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII)**. Páginas 115 a 132. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP. 1992.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. **Aldeias Indígenas e Povoamento do Nordeste no Final do Século XVIII: Aspectos Demográficos da "Cultura de Contato"**; Páginas 195 a 218; In: DINIZ, E. et al. (orgs.). São Paulo, **Ciências Sociais Hoje**; 1993. ANPOCS/Hucitec. 1993.